

Opinião

Foco na concorrência e nas instituições

Cristiane Alkmin J. Schmidt



Pro markets vs. pro business. Luigi Zingales e Raghuram Rajan no livro "Saving capitalism from the capitalists" nos apresentam com reflexões acerca da relação entre o Estado, os empresários e os mercados. Interpretando para a nossa realidade, entendo que instituições como Cade, agências reguladoras e certas secretarias do Poder Executivo devam trabalhar harmonicamente para, insistentemente e pacientemente, trazerem a cultura da concorrência para o dia a dia do brasileiro. Não é tarefa trivial, dado o viés protecionista originado há décadas no país, mas urge começar esta jornada o quanto antes. Não adianta tergiversar. Uma das ponderações daqueles autores é que o Estado, de forma geral, e o órgão antitruste, em

particular, canalizem energias em retirar barreiras e criar incentivos para que os empresários possam maximizar seus lucros de forma independente e sem contar com o paternalismo estatal. Ou seja, o Estado deve promover que os mercados funcionem da melhor forma possível (pró-mercado) e não deve focar no lucro de certos empresários (pró-empresários), criando, dentre outras distorções, tributos desiguais entre as empresas, subsídios específicos, políticas setoriais não horizontais e campeãs nacionais, além de permitir estruturas demasiadamente concentradas.

Diante deste desejável arcabouço em prol da concorrência para acelerar o desenvolvimento do país, assim como Macri acaba de fazer na Argentina, cabe destacar uma importante alteração no Ministério da Fazenda (MF): a Seae será incorporada pela SPE.

A boa notícia (ainda que a melhor fosse a não extinção da Seae) foi saber que a SPE advogará pela concorrência e atuará na agenda regulatória, tal como a Seae vinha fazendo com êxito. Legalmente, o MF — que tem assento em fóruns relevantes, como o relativo às medidas compensatórias no Mdic — faz parte do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, por meio da Seae (agora SPE) em con-

junto com o Cade. Como as áreas micro e macro do MF estão se fundindo sob a secretaria dedicada à parte macro, foi deveras oportuno o secretário da SPE, Manoel Pires, anunciar que haverá um adjunto para cada um dos dois temas micros levados a cabo pela Seae (Valor, 01/04/16, p.A3).

É hora de desenhar um factível plano de voo para o país aproveitar quando os ventos voltarem a soprar

Como no Brasil urge uma sólida agenda micro, seria um equívoco retirar aqueles temas do MF, que goza de prestigiada influência naqueles fóruns, em função da sua elevada capacidade técnica. A SPE, destarte, em muito pode contribuir para um debate substantivo e fértil na área micro, aproveitando o conhecimento adquirido pela Seae.

Seria conveniente, também, que a SPE e o Cade tivessem uma agenda formal conjunta, maximizando o uso do capital humano destas instituições, não só na elaboração de marcos regulatórios ao lado das agências reguladoras, mas também na criação de políticas em concorrência e na

formalização da participação do Cade naqueles fóruns, dos quais o Ministério da Justiça (ao qual o Cade é vinculado) não participa.

Esse compartilhamento de esforços brindaria ao MF economia de tempo, fato indispensável face à sua nova agenda, que dobrou de tamanho e importância. Ao Cade, por sua vez, traria significativas sinergias ao seu trabalho, dado que mercados mal regulados geram condutas anticompetitivas, que abarrotam o Cade com processos que poderiam ter sido evitados se a regulação fosse efetiva. Para se ter uma ideia, no setor de saúde, de 1996 a 2015, foram julgados 155 casos concernentes à unimiliância, 81 sobre fixação de tabela de preço e 20 com respeito a cooperativas médicas. No setor de portos, por sua vez, condutas anticompetitivas ocorrem (como a da cobrança da tarifa THC2) possivelmente pelas regulações imperfeitas ou pela multiplicidade de "fazedores de regras, leis e políticas".

Indubitavelmente o Brasil se beneficiaria do trabalho coeso entre as suas instituições. De certo, para aumentar a produtividade do país e a eficiência da economia, nada como fortalecer, otimizar e dar lógica complementar às suas instituições. A soma do valor social se estes agentes

atuassem em conjunto — coordenadamente e com atribuições bem definidas — seria maior do que o valor que cada uma agregaria individualmente. Há eficiências evidentes, em especial no tocante à relação entre Cade, agências reguladoras e SPE: a geração de economia de escopo traria ganhos de bem-estar social.

Segundo Lúcio A. Sêneca, "não há vento favorável para quem não sabe para onde quer ir". Por isso, mesmo com o Brasil em crise, é hora de identificar nossos valores sociais, traçar os objetivos principais a serem alcançados, desenhar um factível plano de voo e apontar as métricas para avaliar os resultados; para, assim, o país poder aproveitar o máximo quando os ventos voltarem a soprar.

Uma agenda micro, dentre outras coisas, deveria considerar como valores egrégios a concorrência (ou a economia de mercado) e o fortalecimento permanente das instituições, para que, desta forma, o Brasil possa socializar (com o povo!) os benefícios do capitalismo, como nos coloca Zingales em "A capitalism for the people."

Cristiane Alkmin J. Schmidt, é doutora em Economia pela EPGE/FGV, ex-secretária adjunta da Seae, conselheira do Cade e professora. Minha opinião não reflete necessariamente a do Conselho.

Frase do dia

"Não podemos acelerar o processo, de modo que pareça atropelo. Nem demorar, de modo que pareça procrastinação".

De Renan Calheiros, presidente sobre o passo do impeachment no Senado

Cartas de Leitores

Família

Se as famílias brasileiras fossem tão amadas, respeitadas e queridas como são as famílias dos nossos deputados no julgamento do impeachment da presidente Dilma, a segurança pública, educação e valores éticos, pilares básicos de defesa da "família", não estariam no caos em que se encontram. Diante do descaso de nossos representantes com o futuro das famílias brasileiras nos últimos anos, causou espanto tal devoção por seus familiares.

Beatriz Campos

beatriz.campos@uol.com.br

Crise política

A concentração de poder no presidencialismo de coalizão é nociva à democracia. As constantes crises políticas são frutos da escolha do presidencialismo, onde o chefe de Estado, por acumular a função de chefe de governo, acaba por arrastar a crise política para si mesmo. A instabilidade do país continuará nos próximos três anos por causa da radicalização política e da polarização ideológica decorrente da votação muito dividida em 2014, fato que pode se agravar novamente nas próximas eleições.

A saída para o impasse político é a reforma política e a mudança do sistema de governo, a partir do próximo quadriênio presidencial (2019-2022), com a separação das funções de chefe de Estado e de chefe de governo.

Luiz Roberto da Costa Jr.

lrcostajr@uol.com.br

Saldo ruim

O regimento interno da Câmara dos Deputados se mostrou ineficaz. Perdeu-se muito tempo por não haver clareza nas normas da casa legislativa. Recorreu-se ao Supremo Tribunal Federal para que os seus juízes esclarecessem dúvidas quanto ao funcionamento da Câmara, em caso de início de processo de impeachment. Nada disso seria necessário se o texto fosse assertivo e não deixasse margem a dupla interpretação.

José Carlos Saraiva da Costa

e-mail@dominio.com.br

Reforma política

A repetição das crises institucionais que vivemos de tempos em tempos entre nós tem uma fundamental razão: a falta de uma profunda e fundamental reforma política, a chamada mãe de todas as reformas. Enquanto isso não ocorrer, estaremos fadados a ver serem repetidas tais crises, que engessam o desenvolvimento do país.

José Nobre de Almeida

josedalmeida@glbo.com

Correção

Na reportagem "Apesar de mercado em baixa, lucro da Termomecânica cresce em 2015", publicada à página B4, da edição de ontem do Valor, houve uma incorreção. O número correto de funcionários da empresa é 1800, e não 8 mil como foi publicado.

Correspondências para Av. Francisco Matarazzo, 1.500 - Torre New York - CEP 05001-100 - Água Branca - SP ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Nos guetos urbanos mora o maior perigo do terrorismo fundamentalista. Por **Jorio Dauster**

Europa e Islã, entre terror e coexistência

Os brutais ataques terroristas em Paris e Bruxelas revelaram a fragilidade e a descoordenação dos serviços de inteligência e das forças policiais dos países europeus, em especial dos membros da União Europeia, o que facilitou em muito a ação dos jihadistas comandados pelo Estado Islâmico. Em meio ao pânico então criado, poucos se recordaram de que a al-Qaeda já pareceu todo-poderosa depois de derrubar as torres gêmeas nos Estados Unidos e conduzir uma sangrenta operação no metrô de Madri, em 2014. Desde então, contudo, foi incapaz de montar qualquer operação de vulto no mundo ocidental, pois os ataques em Londres, em 2015, se deveram a um grupo sem ligações externas.

Isso se deveu simplesmente ao fato de que, nos últimos quinze anos, os Estados Unidos se dedicaram de corpo e alma a reorganizar seu caótico sistema de segurança interna; em paralelo, utilizando as forças especiais e os drones, vêm gradualmente eliminando a cúpula antes liderada por Bin Laden, além de desbaratarem as linhas de comunicação e financiamento da organização. A lição é relevante: com muito esforço e muito dinheiro é possível conter substancialmente, se não eliminar, o terrorismo conduzido por grupos extremistas que têm suas bases no exterior.

Por isso, no caso do Estado Islâmico, a Europa precisa emular com urgência o exemplo americano na reestruturação dos esquemas antiterroristas, atualmente incapazes de rastrear a movimentação de milhares de cidadãos que, tendo recebido treinamento ou participado da luta armada na Síria, retornam a seus países de origem sem serem interceptados pelas forças de segurança. Como parte do esforço a ser empreendido, precisará rever também os princípios do Tratado de Schengen, que havia abolido os controles de fronteira entre estados membros da UE e outras nações do continente (excetuando o Reino Unido e a Irlanda).

Além disso, como o EI possui um caráter territorial que a al-Qaeda nunca pretendeu ter, os países europeus terão de se engajar de forma mais direta nos combates em curso na Síria e no Iraque, onde, ao custo de trazer a Rússia de volta para o centro do tabuleiro diplomático-militar do Oriente Médio, o califado vem sofrendo pesadas baixas e cedendo o terreno antes conquistado. Os



A xenofobia, representada pela ascensão de partidos fascistoídes, é uma resposta suicida para uma Europa que precisa superar o apartheid "de fato" que transforma os muçulmanos em cidadãos de segunda classe e homens-bomba em potencial

ataques aéreos são essenciais sobretudo a fim de obliterar o comércio ilegal de petróleo que constitui sua principal fonte de financiamento. Não por acaso, dias depois dos atentados de Bruxelas, a Bélgica anunciou que seus caças passariam a participar das investidas contra o Estado Islâmico.

No entanto, mesmo que um dia venha ser eliminada ou fortemente mitigada a ameaça do terrorismo baseado no exterior, permanece o fato de que hoje vivem na Europa mais de 50 milhões de muçulmanos, os quais continuarão se multiplicar a uma taxa mais alta que o resto da população e deverão representar mais de 10% do total em 2050. Curiosamente, esse imperativo demográfico havia sido apontado por ninguém menos que Muammar al-Gaddafi, que governava a Líbia com mão de ferro desde 1969, ao sentenciar em discurso pronunciado nos idos de abril de 2006: "Temos cinquenta milhões de muçulmanos na Europa. Há sinais de que Alá concederá ao Islã a vitória na Europa — sem espadas, sem armas de fogo, sem conquista —, transformando-a num

continente muçulmano dentro de poucas décadas".

Embora Gaddafi atribuisse essa dominação pacífica a um propósito divino, e não ao frio jogo das variáveis demográficas, diante da perda observada de fiéis pelos diversos ramos do cristianismo não é difícil prever que, ainda neste século, venham a existir mais mesquitas que igrejas no continente. No entanto, desde a ruínoza invasão do Iraque pelos Estados Unidos, que levou à eliminação do líder líbio e muitos outros governantes do Oriente Médio e do norte da África, surgiram grupos fundamentalistas que passaram a lançar mão de meios violentos para acelerar a vitória final. À vertente pacífica, em que o espermatóide era visto como instrumento suficiente para alcançar o domínio sobre os infiéis, veio se somar a vertente terrorista, com o emprego de metralhadoras e explosivos, tornando mais complexo um dilema que a Europa já antes não sabia como resolver.

De fato, vindos inicialmente do Paquistão, da Turquia e do Magrebe na década de 1960, gran-

des contingentes de seguidores do Islã passaram a ser essencialmente usados como mão de obra barata para exercer atividades que não mais atraíam os trabalhadores locais, sendo identificados sobretudo pela religião comum apesar de sua diversidade étnica e cultural. Jamais absorvidos pelas sociedades locais, hoje ocupam verdadeiros guetos onde se registram altíssimas taxas de desemprego, especialmente entre os mais jovens.

E é aí, mais que nos campos de treinamento na Síria, que mora o maior perigo do terrorismo fundamentalista quando a jihad se torna uma alternativa de vida para os jovens que não desfrutam de oportunidades iguais às de seus compatriotas. A xenofobia, representada pela ascensão de partidos fascistoídes, é uma resposta suicida para uma Europa que precisa superar o apartheid "de fato" que transforma os muçulmanos em cidadãos de segunda classe — e homens-bomba em potencial.

Jorio Dauster é embaixador e consultor de empresas. Foi presidente da Vale de 1999 a 2001.